



PODER LEGISLATIVO

LEI N.º 3067, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1981

Dispõe sobre as gratificações "pro labore" concedidas a elementos da Secretaria da Segurança Pública à disposição da Assembléia Legislativa

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA E EU, JANAÚRIO MANTELLI NETO, na qualidade de seu Presidente, promulgo, nos termos do § 4.º do artigo 26 da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n.º 2, de 30 de outubro de 1969), a seguinte lei:

Artigo 1.º — As gratificações "pro labore" instituídas pelo artigo 26 da Resolução n.º 210, de 18 de janeiro de 1957, e pelo artigo 27 da Resolução n.º 574, de 13 de agosto de 1968, modificadas pelo artigo 1.º da Lei n.º 1.637, de 10 de maio de 1978, passam a ser as seguintes, calculadas percentualmente sobre o valor do padrão 1-A da Tabela I da Escala de Vencimentos 1:

I — em 23% (vinte e três por cento) as do Comandante do Destacamento da Polícia Militar, do Comandante do Destacamento de Bombeiros e do Encarregado de Setor (Telecomunicações Policiais) ou Encarregado de Setor (Telecomunicações);

II — em 14% (quatorze por cento) as do Subcomandante do Destacamento da Polícia Militar e do Operador de Telecomunicações Policiais ou Operador de Telecomunicações;

III — em 10% (dez por cento) as dos Subtenentes e Sargentos;

IV — em 8% (oito por cento) as dos Cabos;

V — em 6% (seis por cento) as dos Soldados.

Artigo 2.º — A despesa com a execução desta lei correrá por conta das dotações próprias do orçamento.

Artigo 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 9 de novembro de 1981.

a) JANAÚRIO MANTELLI NETO, Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo aos 9 de novembro de 1981.

a) Carlos Macruz, Diretor Geral

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

131.ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 9.ª LEGISLATURA, EM 22 DE OUTUBRO DE 1981

O SR. PRESIDENTE (Walter Auada — PDS) — Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

As 14h30min. abre-se a sessão, com a presença dos Srs. Deputados Abraham Dabus — Ademar de Barros — Agenor Lino de Mattos — Almir Pazzianotto Pinto — Alvaro Fraga — André Benassi — Antonio Carlos Mesquita — Antônio Rezk — Rubens Lara — Mauricio Najari — Armando Pinheiro — Vicente de Paulo Penido — Benedito Campos — Carlos Fernando Zuppo — Célio dos Santos — Delfim Neves — Edson Real — Edson Tomaz de Lima — Eduardo Matarazzo Suplicy — Emilio Justo — Evandro Mesquita — Tufi Jubram — Fauze Carlos — Fernando Moraes — Flávio Flores da Cunha Bierrenbach — Francisco Dias — Franco Baruselli — Geraldo Siqueira — Geraldo Menezes — Goro Hama — Hatiro Shimamoto — Hélio César Rosas — Irma Passoni — Ivan Espindola de Avila — Jairo Mattos — JANAÚRIO Mantelli Neto — Jihei Noda — João Baptista Breda — João Gilberto Sampaio — José Bustamante — José Eduardo Rodrigues — José Felício Castellano — Archimedes Lammoglia — Silveira Sampaio — José Storópoli — José Yunes — Luiz Máximo — Luiz Carlos Santos — Sérgio Santos — Manoel Sala — Marcelino Romano Machado — Castello Branco — Marcos Aurélio Ribeiro — Marcos Cortes — Mário Ladeira — Mauro Bragato — Milton Baldochi — Nabil Chedid — Nodeci Nogueira — Oscar Yazbek — Osmar Ribeiro Fonseca — Oswaldo Doretto — Reginaldo Valadão — Renato Cordeiro — Ricardo Izar — Roberto Purini — Robson Marinho — Sérgio Morinaga — Sylvio Martini — Theodosina Rosário Ribeiro — Vanderlei Macris — Vanderlei Simonato — Vicente Botta — Málek Assad — Waldemar Chubaci — Hélio Nunes da Silva — Walter Auada — Walter Lemes Soares e Walter Mendes.

O SR. PRESIDENTE (Walter Auada — PDS) — Convido o Sr. 2.º Secretário a proceder à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. 2.º SECRETÁRIO (Vicente Botta — PTB) — Proceder à leitura da Ata da sessão anterior, que é considerada aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Walter Auada — PDS) — Convido o Sr. Deputado Almir Pazzianotto Pinto para, como 1.º Secretário "ad hoc", proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Almir Pazzianotto Pinto — PMDB) — Proceder à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

EMENTARIO DA 131.ª SESSÃO ORDINÁRIA

PEQUENO EXPEDIENTE

- 1 — Walter Auada — Assume a Presidência. Anuncia a presença e presta homenagens ao Ministro do Trabalho.
- 2 — Rubens Lara — Denuncia a discriminação do Governo do Estado em relação às Prefeituras de Oposição, abordando o caso do Projeto AGLURB — Aglomerados Urbanos. Lê documentação da Prefeitura Municipal de São Vicente a respeito.
- 3 — Francisco Dias — Dá conhecimento de visita efetuada ao CS-II de Caçapava; resalta o trabalho de seu diretor e funcionários. Denuncia alguns fatos constatados na ocasião.
- 4 — Eduardo Matarazzo Suplicy — Aborda a tramitação do processo de contas do Governo do Estado e apela no sentido de que as contas relativas a 1980 sejam analisadas ainda esse ano. Lê voto em separado que apresentou na Comissão de Finanças e Orçamento.
- 5 — Jihei Noda — Comenta notícia inserida na "Folha de S. Paulo" sobre a aprovação, pelo Congresso, de emenda que possibilita às Assembléias Legislativas estabelecerem os subsídios dos deputados estaduais. Congratula-se com o autor da propositura e com todos os que com ela colaboraram.
- 6 — Roberto Purini — Aborda a dívida do Crédito Educativo e demonstra a necessidade do Governo Federal encontrar solução para o problema.

PRESIDÊNCIA do Sr. Walter Auada

SECRETÁRIOS, Srs. Almir Pazzianotto Pinto e Vicente Botta

- 7 — Vicente Botta — Contrapõe-se à reportagem publicada pela "Folha de S. Paulo" a respeito do funcionamento da garagem da Casa. Fala sobre o cultivo do cacau no Vale do Ribeira.
- 8 — José Felício Castellano — Discute a necessidade da equiparação do trabalhador rural ao urbano no plano da Previdência Social.
- 9 — Geraldo Menezes — Alude à assinatura, pelo Sr. Governador, da Mensagem da Reciproca. Reivindica melhorias para o professorado. Demonstra entusiasmo pelo progresso brasileiro.
- 10 — Fernando Moraes — Anuncia que apresentará requerimento de urgência para a apreciação de requerimento de sua autoria solicitando a instalação de uma CEI que apure as razões da crise por que passa o ensino superior gratuito no Estado.
- 11 — Emilio Justo — Evidencia a necessidade de ser desvendado crime ocorrido recentemente em Itanhaém e crítica o Governador por fazer gastos inúteis e não dar atendimento às necessidades mínimas do povo.
- 12 — Edson Tomaz de Lima — Apresenta a Educação como uma das metas prioritárias de um país e fala sobre a situação da mesma no Brasil.
- 13 — José Bustamante — Denuncia o estado de abandono em que se encontra o Mausoléu aos Heróis de 32 e solicita da Secretaria da Cultura a liberação da verba para reparos.
- 14 — Alvaro Fraga — Defende a utilização de motocicletas no policiamento ostensivo da cidade.
- 15 — André Benassi — Denuncia ataques feitos injustamente aos usuários do Entrepósito de São Paulo e do Jaguari e critica o Secretário da Agricultura e o Presidente da CEAGESP.
- 16 — Málek Assad — Pelo art. 83, solicita a suspensão da sessão até as 17h.
- 17 — Presidente Walter Auada — Acolhe o pedido e suspende a sessão até as 17h.

ORDEM DO DIA

- 18 — Presidente Walter Auada — Reabre a sessão 1h30m após. Põe em discussão, e declara sem debate aprovado, o substitutivo ao PL 423-81. Põe em discussão, e declara sem debate aprovado, o PL 210-81. Põe em votação, e declara "ad referendum" aprovados, os PL n.º 174-81 e 176-81. Põe em votação e declara "ad referendum" aprovado, na forma da emenda, o PL 199-81. Põe em votação e declara "ad referendum" aprovado, o PL 215-81. Põe em votação e declara "ad referendum" aprovado, na forma da emenda, o PL 222-81. Põe em votação e declara "ad referendum" aprovados, os PL 223-81, 224-81 e 225-81. Põe em votação e declara "ad referendum" aprovado, na forma da emenda, o PL 230-81. Põe em discussão e declara sem debate aprovado, o substitutivo à Moção 57-81. Põe em discussão e declara sem debate aprovadas, as Moções 58-81, 60-81, 61-81,

63-81, 64-81 e 65-81. Põe em discussão, e declara sem debate aprovada, salvo emenda, a Moção 66-81. Põe a votos e declara aprovada a emenda. Põe em discussão, e declara sem debate aprovadas, as Moções 67-81 e 68-81. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 23-10, à hora regimental. Lembra a sessão solene já convocada para hoje. Encerra a sessão.

— Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE (Walter Auada — PDS) — Srs. Deputados, a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo tem a honra, nesta tarde, de receber a visita do mais dinâmico Ministro do Trabalho que este País já teve, o Sr. Ministro Murilo Macedo, que vem a convite da Comissão de Relações do Trabalho, cujo presidente é o Deputado Almir Pazzianotto Pinto.

O Sr. Ministro as nossas mais sinceras homenagens. E fazemos votos de que continue S. Exa. à frente desse importante ministério com o seu dinamismo, com a sua honra, com a sua dignidade e com a sua capacidade. As nossas homenagens a Sua Excelência. (Palmas)

Tem a palavra o nobre Deputado Rubens Lara.

O SR. RUBENS LARA (PMDB) — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez voltamos a esta tribuna para denunciar a discriminação com que o Governo do Estado de São Paulo age em relação às Prefeituras de Oposição. Em diversas oportunidades, denunciamos a marginalização da aplicação dos recursos públicos da Prefeitura Municipal da Estância Balneária de São Vicente. Diversos Deputados da Oposição têm aqui denunciado — vejo o nobre Deputado Francisco Dias a aceitar comprovando essa afirmativa — que o Governo do Estado, sistematicamente, age com dois pesos e duas medidas. Trata-se de governo que não foi eleito pelo voto direto e secreto, um governo escolhido por um grupo e que não respeita as vontades da maioria que escolheu, livre e soberanamente, um prefeito sob a legenda de um partido da Oposição.

Hoje, abordamos o Projeto AGLURB — Aglomerados Urbanos — desenvolvido pelo Governo do Estado e da União, em conjunto com o Banco Mundial. Esse projeto não deverá abranger, inclusive, a ponte sobre o Canal dos Barreiros, entre as obras a serem desenvolvidas em São Vicente, as quais se restringiriam à pavimentação de algumas vias e melhoramentos no sistema de trânsito do município. Para melhor esclarecimento do assunto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, passo a ler os seguintes documentos:

«PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

Estância Balneária

Cidade Monumento da História Pátria
Célula Mater da Nacionalidade

Of. n.º 1894-GP

Desse modo, exorto V. Sa. e os membros dessa digna entidade a cerrarem fileiras em torno da luta pela Ponte dos Barreiros, utilizando as formas que forem possíveis, desde abaixo-assinados a telegramas, de modo a que, num derradeiro esforço da comunidade, procuremos sensibilizar as autoridades estaduais e federais para a importância dessa obra.

Assume relevo tal posicionamento notadamente agora, quando, apesar de estarmos às vésperas de completar 450 anos e sermos a cidade mais antiga do Brasil, Célula Mater da Nacionalidade, ainda apresentamos o menor orçamento da Baixada Paulista e continuamos convivendo com o drama de possuir 45.000 favelados, sem outra fonte de recursos que não os tributos lançados sobre os vicentinos.

Certo que V. Sa. entenderá esta luta, que não é minha, mas de toda a comunidade, pois visa única e exclusivamente São Vicente, apresento os protestos de consideração e apreço.

Eng.º Antonio Fernando dos Reis
Prefeito Municipal

Ilmo. Sr.

Miguel Henrique Bento
DD. Presidente da
Sociedade de Melhoramentos e
Comunicações de Amigos da Vila Jockey
Rua Erico Verissimo, 200
São Vicente

1532 — 1982

São Vicente — 450 Anos

«Aqui Nasceu o Brasil»

«Prefeitura Municipal de São São Vicente

Estância Balneária
Cidade Monumento da História Pátria
Célula-mater da Nacionalidade
Em 16 de outubro de 1981.

Of. n.º 1894 — GP

Prezado Senhor

Como V. Sa. deve ter tomado conhecimento através da Imprensa, o Projeto Aglurb — Aglomerados Urbanos — desenvolvido pelos Governos Estadual e Federal, em conjunto com o Banco Mundial, não deverá incluir a Ponte sobre o Canal dos Barreiros entre as obras a serem desenvolvidas em São Vicente, as quais se restringiram à pavimentação de algumas vias e melhoramentos no sistema de trânsito do Município.

Esta Administração, no entanto, continua entendendo que a ligação rodoviária com Samaritã é obra fundamental para o futuro de São Vicente, significando não apenas a integração efetiva daquela área ao território do Município, mas sobretudo a possibilidade de que implantemos a infraestrutura industrial capaz de nos redimir econômica e financeiramente e reduzir a dependência que hoje temos dos Governos Estadual e Federal.

A luta pela Ponte dos Barreiros tem sido a tônica principal da atual administração — como foi da anterior do Dr. Koyu Iha — além de tudo, até mesmo pela simples razão de que não se pode admitir o seccionamento que hoje se verifica no Município de São Vicente, obrigando a que passemos, ou por Praia Grande ou por Cubatão para atingir terras nossas, parte do território vicentino. Trata-se de situação, a meu ver, absurda e que, volta e meia, desencadeia as já rotineiras tentativas de se desmembrar Samaritã, até quando, mantido esse seccionamento irracional, poder-se-á garantir a permanência dessa área como parte do território vicentino?

Entendo que não podemos — e não devemos — aceitar tal situação, sob pena de enfrentarmos o julgamento das futuras gerações ou por omissão ou por negligência quanto à integridade e honra desta terra.

«SV DEIXA AGLURB EM PROTESTO

São Vicente — O prefeito Antônio Fernando dos Reis anunciou ontem que São Vicente vai retirar-se do Programa Aglomerados Urbanos — AGLURB —, em protesto pela não inclusão da ponte sobre o Canal dos Barreiros, entre as obras que beneficiariam o município. Ao mesmo tempo, o prefeito convocou todos os clubes e entidades de servir da cidade para que se manifestem através de ofícios ao presidente da República e demais autoridades federais e estaduais, ressaltando a importância que essa obra, proporcionando a ligação entre a parte insular do município e o Distrito de Samaritã, tem para o futuro de São Vicente.

Se, apesar dessas manifestações, as autoridades continuarem a se mostrar insensíveis a uma das mais antigas reivindicações da cidade, o que viria a caracterizar, segundo o prefeito, uma discriminação puramente política à sua administração oposicionista. Reis afirmou que está disposto a abandonar a sua carreira de político, ao final do mandato, caso isso traga como resultado uma formulação nos estudos do AGLURB com a inclusão da ponte.

«As pessoas que privam da minha intimidade sabem que, depois da minha família, a política se transformou na coisa mais importante da minha vida. E essas pessoas sabem também o que significará para mim abandonar essa caminhada aos 32 anos de idade. Mas, se a ponte dos Barrei-